



O processo de romanização no alvorecer do século XX em Caetité-Ba: entre disputas e consolidação.

Fabiano Nascimento Santos¹.

Resumo: Este trabalho visa analisar o processo de romanização implementado pela Igreja Católica no alto sertão da Bahia, entre os anos 1905 a 1913. Para a consecução dos objetivos pesquisamos em fontes variadas, tais como correspondências pessoais e matérias publicadas no jornal A Penna, cujo conteúdo revelou aspectos específicos das visitas pastorais e missões em Caetité (Ba). As ações da Igreja católica, pesquisadas neste estudo, foram analisadas enquanto ações que visavam promover a visibilidade da instituição e canalização da religiosidade preexistente para uma religiosidade estruturada e hierarquizada nos preceitos romanos, além do combate às ideias modernistas, vistas como responsáveis pela secularização da sociedade do período.

Palavras-Chave: Caetité, romanização, catolicismo.

Introdução

Este trabalho aborda sobre o processo de reestruturação implementado pela Igreja Católica no Brasil no início do século XX, especificamente na cidade de Caetité, entre os anos de 1905 a 1913. Analisa a instituição Católica como produtora de uma cultura religiosa que utilizou diferentes ações para propagação dos seus discursos e práticas. O aporte teórico desta pesquisa é o estudo de Chartier (1990), que nos auxiliou a identificar essas ações como produtora de uma cultura religiosa efetivando-se em um conjunto de práticas e representações socioreligiosas, calhando na romanização em Caetité.

As reformulações empreendidas pela Igreja Católica na cidade de Caetité proporcionaram a reconstrução de sua identidade como articuladora de uma nova prática religiosa. Para a percepção destes aspectos utilizou-se de diferentes documentos localizados no Arquivo Público Municipal de Caetité (APMC)² e no Centro Paroquial (CEP). Registros que

¹ Graduando do curso de Licenciatura em História pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), campus VI – Caetité. Email: bianogbi@hotmail.com.

² Criado em 1996 por iniciativa de professores vinculados a Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Preserva acervos da história e da memória do município e de outros municípios vizinhos e os coloca como importante ferramenta de pesquisa para professores, alunos e sociedade civil no geral, como: (processo-crime, inventários e testamentos, registros eclesiásticos, correspondências e fotografias). Faz-se necessário lembrar que se trata de



revelaram a atuação da Igreja Católica em Caetité, junto ao Arcebispado Metropolitano, na manutenção da sua influência na região, utilizando-se de estratégias variadas que serão aqui analisadas, compreendendo suas práticas na reconstrução de um catolicismo voltado para os preceitos romanos. Além destas fontes, recorreremos também às notas presentes no jornal *A Penna*³, correspondências da família Teixeira⁴, livros de tombo da Diocese de Caetité⁵, entre outras fontes que, no alvorecer das primeiras décadas do século XX, nos permitiram analisar aspectos das representações construídas aqui sobre a Igreja Católica. Ao cotejar estas fontes com as pesquisas desenvolvidas recentemente⁶ sobre o alto sertão foi possível evidenciar aspectos particulares a respeito da ação da Igreja Católica com vistas a sua reestruturação.

Compreender a formação dos espaços com suas múltiplas práticas, que se diferenciam de acordo com o ritmo ditado pelos seus sujeitos não é tarefa fácil. Sobre este tema, Chartier (1990) nos informa sobre a percepção das representações impostas pelos indivíduos ou instituições que ditam o mundo que se pretende construir ou reconstruir. Contribui ainda para a apreensão do sujeito que faz parte de um ambiente em outras perspectivas; não somente econômica e social, mas se trata de observar os entrelaçamentos dos acontecimentos, as tensões de classes, os conflitos internos e externos e as lutas por uma legitimação.

01. Caetité e o alto sertão: notas históricas e dinâmica social.

A povoação do alto sertão, ou *sertoins de sima* (PIRES, 2010) remonta ao século XVII, devido principalmente à mineração da Chapada Diamantina e à criação de gado ao longo do Rio São Francisco. A Freguesia de Caetité foi criada em 1754 pelo arcebispado de Dom José

um arquivo no interior do sertão, que visa preservar a memória histórica dos inúmeros indivíduos que aqui (no sertão) construíram sua história e continuam a construir.

³ O “*A Penna* circulou entre 1897 a 1943, pelo jornalista, redator e empresário João Gumes, cuja publicação acontecia quinzenalmente tratando dos mais variados assuntos de política a utilidade pública. Tais documentos encontram digitalizados em mídia e disponibilizado para pesquisas no Arquivo Público Municipal de Caetité. Essa fonte histórica nos revela um rastro deixado pela sociedade que nos precederam.

⁴ Esta documentação encontra-se arquivada e organizada no APMC (Arquivo Público Municipal de Caetité), e aberta para pesquisas para estudantes dos diversos níveis de ensino. A documentação consultada abrange o início do século XX, especificamente de 1905 até 1915, na qual a maioria das cartas consultadas e analisadas são pessoais.

⁵ A documentação consultada no CEP (Centro Paroquial) foi entre 1908 a 1915, principalmente o Livro de Tombo e o Livro, História da Diocese de Caetité.

⁶ PIRES (2009); RIBEIRO (2012); AGUIAR (2011); SANTOS (2014).



Botelho de Mattos, com *status* de paróquia. Tendo esse fato sucedido antes mesmo da elevação da Freguesia em Vila, que ocorreu somente em 1810, evidenciando-se a sua importância econômica na região. “Foi comum, naquele período, que a criação de uma paróquia e a nomeação de um pároco estivessem vinculadas às condições econômicas e sociais regionais”. (REIS; NOGUEIRA, 2013, p. 47).

Caetité, aos finais do século XIX e início do século XX foi vista como uma cidade de potencial. O contexto socioeconômico do período caracterizou-se por intensas redes de sociabilidades construídas pelos trabalhadores rurais e pelas famílias ricas da região que movimentavam a economia regional. Ao final do século XIX, a crise do tráfico interprovincial, secas prolongadas entre outros fatores, fizeram com que a pecuária, e outras atividades ligadas ao campo ganhasse importância e tornassem as principais atividades na região no início do século XX.

No tocante do tecido social da região, as famílias ricas, envolvidas na criação de gados, alargaram seus ganhos através de práticas comerciais e negociações que extrapolou os limites do alto sertão. Quanto aos pequenos lavradores rurais, mesmo submetidos aos reverses climáticos e as dificuldades de se viver no sertão (como em qualquer outro lugar), produziram açúcar, rapadura, arroz, feijão, aguardente e entre outras atividades voltadas ao cultivo do solo para sua subsistência. Seus excedentes eram vendidos nas feiras, local de importantes contatos de sociabilidades e trocas comerciais.

O dinamismo apresentado pela cidade nas primeiras décadas do século XX demonstra que a mesma não estava econômica e socialmente isolada. Tendo a mesma uma importante visibilidade no território baiano, bem como em partes do território brasileiro.

Esta dinamicidade se tornou objeto de ação da Igreja Católica, sobretudo devido a existência de poucas paróquias nos sertões baianos, no final do século XIX e início do XX. A expressividade da atuação católica nesta cidade conduziu à sua elevação à condição de diocese, cujas nuances serão discutidas no decorrer desse estudo.



02. A instauração do regime republicano e reorganização da Igreja Católica nos preceitos romanos.

De início a implantação do catolicismo na colônia brasileira não foi pensada de forma sistemática em missões civilizatórias, mas sim mediante imposições e dominações, levados pelos interesses da coroa portuguesa. Adiante, em 1824 passou a ser a religião oficial da Bahia. Embora fosse um catolicismo majoritário em todo o território colonial, mostrou-se receptível às culturas locais. Inseriu-se, portanto, no campo social elitizado e político das cidades, sendo influenciadora também da composição espacial e arquitetônica dos municípios, como analisa Rosendahl (2005), que a define como burocrático e hierárquico:

A territorialidade deve ser reconhecida, portanto, como uma ação, uma estratégia de controle. Torna-se importante compreender o fenômeno religioso neste contexto, isto é, interpretar a “poderosa estratégia geográfica de controle de pessoas e coisas sobre territórios que a religião se estrutura enquanto instituição, criando territórios seus” (ROSENDAHL apud ROSENDAHL, 2005, p. 12934).

Esse controle territorial, no Brasil, foi determinante nos finais do século XIX e início do XX. Durante o período imperial a Igreja e o Estado mantiveram estreitas relações a partir do padroado. A instituição do padroado manteve a Igreja Católica unida ao Estado Imperial brasileiro, exercendo o direito de concessão de benefícios eclesiásticos. O Padroado Civil, outorgado pela Constituição 1824, juntamente com o regalismo, impôs ao clero uma dupla lealdade: ao Estado e à Igreja. (SANTIROCCHI, 2013). O regalismo dava o direito aos reis de interferir nos assuntos internos da igreja e um maior controle sobre a mesma.

Em meio a essa conjuntura de acordos entre Igreja e Estado, nações estrangeiras foram beneficiadas com a abertura dos portos de 1808, e pelos tratados de Aliança e Amizade e o de Comércio e Navegação, assinados em 1810. Nações vindas principalmente da Europa, e dos Estados Unidos, que desde o século XVIII foram impulsionados pelas ideias iluministas, que pregavam ideias de liberdade, fraternidade e igualdade, bem como contestavam o poder da Igreja Católica.



Assim, a abertura dos portos colocou a Igreja Católica em alerta diante dos novos movimentos religiosos, pois boa parte dos movimentos aqui desembarcados trouxeram consigo, além dos credos religiosos um novo modelo político, econômico, social e cultural colocando a Igreja em uma posição de autodefesa diante das novas ideias. Destarte, (...) “o grande inimigo da Igreja Católica era o liberalismo, que trazia ideias como a igualdade entre as diversas denominações cristãs, a “liberdade de consciência” e de ensino, a “liberdade religiosa” e a “separação entre Igreja e Estado” (SANTOS, 2007, p. 4). Sobretudo, porque, a Igreja Católica condenava “drasticamente os chamados “erros modernos”, a saber, o racionalismo, o socialismo, o comunismo, a maçonaria (...)” (BARROS, 1988, p. 32), que aos poucos se disseminavam no território brasileiro. O catolicismo brasileiro tinha pela frente o enfretamento de possíveis novos condicionantes políticos e organizacionais, culminando, décadas mais tarde, na instalação do regime republicano.

Os projetos liberais e o pouco apoio do Estado ameaçaram a posição de instituição hegemônica, não somente no campo religioso, mas também social, cultural e político, nos quais sempre se fez presente e determinante. Desse modo, à Igreja “restava a autodefesa, à medida que não encontrou respaldo para sua atividade, nem no próprio Estado, nem nos opositores do regime monárquico, que a identificavam como um dos elementos a emperrar a modernização da sociedade e o progresso do país”. (CAES, 2002, p. 90).

Com o advento da República destacaram-se, de acordo com Mello (2008), as ideias de progresso, liberdade e ciência, como idealização de um futuro da nação. Assim, nos anos finais do Império, a Igreja foi vista como sinônimo de atraso, tirania, teologia e apatia. Portanto, de acordo com Ramos (2013) esteve em processo, com a proclamação da República, a secularização da sociedade, ou seja, o processo de desvinculação da autoridade da Igreja na sociedade. O advento da República trouxe algumas anulações, destacadas abaixo por Ramos:

(...) a despeito dessa conclamação e de outros movimentos semelhantes, o novo regime sequer invocou o nome de Deus em sua constituição (1891), instituiu o casamento civil, anulou os efeitos civis dos matrimônios religiosos, aboliu o ensino religioso nas escolas públicas (...) não cumprimento de obrigações civis, passando a implicar em perda de direitos políticos (RAMOS, 2013, p. 29).



Diante destes novos tempos houve uma intensificação, por parte da hierarquia da Igreja Católica, de uma série de estratégias para a manutenção de suas ações em todas as esferas da sociedade, com vistas a assegurar sua autonomia, que ruía com o advento da República.

Foi preciso, então, estruturar projetos que dessem resultados a longo prazo e conter a secularização da sociedade. Neste sentido, Barros (1988) identificou,

O movimento de reação eclesiástica desembocou numa série de iniciativas que, a longo prazo, significaram o fortalecimento organizacional e condições mínimas de sobrevivência política no acirrado campo de concorrência ideológica, cultural e religiosa (...). (BARROS, 1985, p. 33).

Nesta linha, assumiu uma nova postura e um novo redirecionamento, diante de uma nova política, sobretudo, de significativas transformações socioculturais ocorridas no Brasil visando desenvolver atividades e serviços que atendessem à nova situação, como analisa Barros (1985);

A criação de novas dioceses paróquias, a fundação de seminários e de outras obras, (...), a indicação e nomeação de prelados, a fixação de normas e diretrizes de interesse para as atividades e serviços eclesiásticos e outras tantas atribuições até então de competência do próprio imperador ou de seus altos prepostos, passavam a depender do alvitre da alta hierarquia eclesiástica. (BARROS, 1985, p. 43).

Caracterizada como um catolicismo mais arraigado nas diretrizes da Santa Sé Romana, com ação direta do Pontífice em todos os assuntos da hierarquia católica. A ação denominada de romanização foi implantada no Brasil na metade do século XIX pelos padres de tendência ultramontana, mas se consolidou energicamente no século XX, através principalmente das práticas pastorais. O projeto visou, acima de tudo, reestruturar algumas expressões católicas que perduravam há mais de quatro séculos arraigados no catolicismo ibérico. Além disso, recuperar sua autonomia sócio-político frente às ideias liberais, travando uma disputa acirrada em que, “ambos [Igreja e Estado moderno] preocupados em demarcar o espaço, disseminaram a circulação e disseminação de suas concepções políticas e sociais. (CAES, 2002, p. 93).



Esse processo deve ser analisado e estudado tendo em vista as suas particularidades, ou seja, as especificidades e os tramites envolvendo a implantação deste projeto de reestruturação em determinados territórios. Portanto, faz-se necessário elucidar que este processo, posto em prática no território do alto sertão, se diferenciou de outros locais, devido às suas particularidades, identificando a “construção de uma nova síntese da romanização”. (MARIN, 2001, p.159).

Antes de adentrarmos na análise das nuances do projeto de reestruturação da Igreja, em Caetité, devemos em linhas breves, considerar toda a preocupação do arcebispo baiano, no início do século XX, na aproximação entre a Igreja baiana com o trono de São Pedro em Roma.

03. D. Jerônimo Tomé da Silva e o arcebispado da Bahia.

A escolha de Dom Jerônimo para a cadeira do Arcebispado da Bahia ocorreu de forma sistemática. Sua escolha seguiu os métodos instituídos pela Santa Sé Romana, de acordo com os preceitos da Igreja. Conforme analisa Santos (2006):

Homem de posses, tinha habilidade para se relacionar com as elites tradicionais do Nordeste e o poder político nacional, como desejava a Santa Sé pelo seu modelo romano de dirigente. Para a Igreja essa era uma estratégia fundamental (...) a instituição eclesiástica nunca pretendeu perder sua influência na vida política e na sociedade brasileira, buscar homens capazes de dialogar com ambas era vital para a sua sobrevivência. (SANTOS, 2006, p. 79).

As ideias liberais avançavam pelo território baiano e com isso as participações da Igreja nas decisões políticas foram reduzidas. A escolha de D. Jerônimo, desta forma, objetivou recuperar a participação política de outrora. Além disso, percebe-se que esta indicação teve contornos definidos pela tarefa de encabeçar a reestruturação da Igreja Católica no território baiano, caracterizados pela incitação de novos comportamentos e novas práticas religiosas ligados à Europa, não limitados ao campo religioso, abrangendo, portanto, também o social e político. Para isso era preciso ter indivíduos formados nas novas diretrizes da Santa Sé Romana.



A partir da observação das características básicas destas duas tendências, somada às especificidades da romanização ocorrida no território baiano, é perceptível um amálgama na formação do pensamento cristão na extensão deste território. Durante sua permanência à frente do arcebispado baiano, D. Jerônimo insistiu na formação intelectual do clero, fortalecimento da instituição católica, combate a outras crenças religiosas, reorganização das antigas ordens e fundação de novas. Tais ações, baseadas no catolicismo romano e com ênfase no doutrinamento e prática sacramental, objetivaram maior atuação na área pastoral, educacional e de assistência social.

Nas primeiras três décadas da época republicana, as atuações de D. Jerônimo à frente da Igreja baiana foram significativas para a instituição no estado. Em uma Carta Pastoral do arcebispo consta que “devíamos logo desempenhar uma das mais importantes obrigações de pastor, qual é conhecer as ovelhas de seu querido rebanho e ser por elas conhecido”. Quanto ao seu governo, segundo esta fonte, “quem governa, mister, é que conheça os logares e as pessoas à sua jurisdição”.

Portanto, as visitas pastorais executadas pelo arcebispado baiano, na figura de D. Jerônimo, foram ferramentas imprescindíveis para visibilidade do projeto católico nos sertões. Nesta perspectiva, segundo Certeau (1982), as visitas tiveram o propósito de “revelar, de paróquia em paróquia, as reações dos fiéis, dos curas e dos bispos” (CERTEAU, 1982, p. 183). A partir da análise dos fragmentos da Carta Pastoral em questão foi possível notar que a execução deste projeto esteve atrelada à necessidade do conhecimento a respeito da realidade do lugar. O arcebispo baiano procurou conhecer o território a ser ocupado, vislumbrando o seu bispado, “(...) as distâncias, a topografia, as pessoas e, especialmente, os párocos e vigários espalhados pelo sertão.” (REIS, 2011, p. 6). Além disso, acrescenta-se o objetivo de ser reconhecido à época, juntamente com a Santa Sé Romana, como autoridade, intermediador e representante maior da religião católica naquele vasto território.

Como forma de assegurar a fé católica, segundo os preceitos da Santa Sé, e em oposição às ideias modernistas do regime republicano, que permearam a cidade de Caetité,



vejamos então quais foram as estratégias da Igreja no processo de reestruturação da cidade e do alto sertão, antes mesmo da fundação da diocese, em 1913.

04. A reestruturação católica no alvorecer do século XX em Caetité.

A atuação da Igreja Católica, em Caetité, data do século XVIII, especificamente em 1754, quando foi criada a paróquia desta localidade, ainda na condição de freguesia. A criação da paróquia de Caetité beneficiou todo o território do alto sertão, tendo em vista seu grau de importância econômica e política. Outros fatores relevantes para a criação da paróquia foram a grande distância em relação à capital e a ausência de paróquias na região, elementos que se tornaram imprescindíveis para a atuação e edificação da Igreja no alto sertão baiano.

Por sua vez, em meio a disputa entre Estado e Igreja, os intelectuais de Caetité debateram sobre a modernização da cidade no início do século XX. A respeito destes anseios modernizadores na cidade, Santos (2014) nos informa que eles aconteceram “talvez por força da conjuntura nacional e internacional”, portanto “alguns intelectuais do alto sertão [foram] compelidos a atuar no cenário político, econômico e social da sua região no interesse de acompanhar os processos de mudança em curso” (SANTOS, 2014, p. 131).

A atração desses intelectuais pelos novos padrões modernizadores, que se espalharam por todo território brasileiro, visou novos instrumentos que pudessem multiplicar seu poderio socioeconômico. Muitos desses intelectuais, que adquiriram nas escolas das capitais as ideias modernizadoras, sentiram-se na incumbência de civilizar sua terra natal. Nesta localidade o processo de modernização, discutida pelos seus intelectuais, perpassou todos os campos da sociedade:

“Achavam-se os intelectuais de Caetité, de certa maneira, convictos de seu papel na reconstrução da sociedade brasileira após a República, e nela buscaram colaborar com as suas ideias racionalistas, com a participação ativa nas funções públicas” (SANTOS, 2014, p. 135).

Neste cenário, as instruções normativas de condenação aos modernistas, emitidas pela cúpula da Igreja Católica Apostólica Romana, encontraram obstáculos para a sua consecução. Neste sentido, foram necessárias posições e ações cautelosas por parte da Igreja para se



manter viva e atuante no alto sertão. Assim, enquanto os intelectuais objetivaram o rompimento dos modos de vida tradicionais da cidade, o processo encabeçado pela Igreja Católica visava mudar os hábitos religiosos regionais e frear as ideias modernistas.

As missões no alto sertão baiano, no alvorecer do século XX, sobretudo através das visitas pastorais do Arcebispo Dom Jerônimo Tomé da Silva (1893-1924), influenciaram as vivências religiosas e conduziram à reestruturação do catolicismo no alto sertão baiano.

As trocas de missivas transcritas abaixo denotam a importância da visita do arcebispo aos territórios que lhe foram confiados:

Querida prima e amiga Cimcim: [Celsina]

(...) Soube que estão em preparativos para a recepção do Arcebispo e espero que V me mande a descrição. (...)

Anísia

Monte Alto 11 de Julho de 1906

(...)

Por um telegrama de Alzira ao Sr. Quincas soubemos que foi adiada a chegada do Arcebispo para Agosto. Ele não se lembrou de vir no pobre Monte Alto. [?]

(...)

Anísia

Monte Alto 30 de Agosto de 1906

Cimcim [Celsina]:

(...) Pela descrição de sua carta vê-se que foi realmente uma festa boa a recepção do Sr. Arcebispo em Caetite. Ele seria tão bem recebido nos outros lugares? Acho que teremos missão aqui. Ahi teve missão e V nada me escreveu sobre a mesma.

(...)



Anísia

A carta foi remetida à Celsina Spínola Teixeira⁷, filha de Deocleciano Pires Teixeira, importante fazendeira baiana no início do século XX. É possível perceber que a Igreja, juntamente com seu novo arcebispo, não perdeu tempo na execução de suas ações, principalmente quanto à necessidade “de ser reconhecido pelo seu rebanho” e, mesmo diante dos novos tempos e da visível perda de autonomia política, enfrentou os reveses impostos pelos novos tempos. É possível que a não ida do arcebispo à localidade de Monte Alto, conforme queixa de Anísia expressa na correspondência, tenha sido relacionada às dificuldades de comunicação e transporte do período. No entanto, embora tais dificuldades devam ser consideradas, é plausível pensar na existência de uma linha tênue entre o suposto esquecimento do “pobre Monte Alto” e a possível penetração dos ideais protestantes na região. Portanto, aos olhos dos representantes da Igreja Católica, tais obstáculos deveriam ser transpostos no sentido da expansão da fé, isto é, do poder político e cultural. Em outras palavras, quanto mais fiéis, mais doações, quanto mais paróquias, mais inserção política, mais alianças com as autoridades locais e mais representatividade cultural nas festas religiosas. Assim, as missões empreendidas por D. Jerônimo significaram bastante para os objetivos de expansão traçados pela Igreja Católica no Estado da Bahia.

Após um ano, os descontentamentos de Anísia foram sanados, evidenciando não apenas as dificuldades mencionadas, como também a consecução dos objetivos traçados pela Igreja Católica no Estado: ver, conhecer o território a ser ocupado e ser visto enquanto autoridade eclesiástica:

Treis Irmãos 27 de Julho de 1907

Cimcim:

(...)

⁷ Sobre a trajetória de Celsina Spínola Teixeira, e de outros membros da família Teixeira, ver o trabalho de Ribeiro (2012), intitulado: “Mulheres e poder no alto sertão da Bahia: a escrita epistolar de Celsina Teixeira Ladeia (1901 a 1927).”



Estive em Monte Alto na recepção do Sr. Arcebispo. Esteve muito bôa; (...). Elle chegou em uma segunda-feira às 9 horas e seguiu no sabbado as 6 horas d’amanhã, dizem que muito satisfeito com o povo de Monte-Alto. Fui visitar com as meninas o Arcebispo e elle pagou a nossa visita. Fui com o Pe. Luiz e a Família e elle nos apresentou. Em casa do Pe. Luiz o Arcebispo foi duas vezes e a ultima vez nos visitar. Gostei muito delle e achei-o muito amavel.

(...)

Anísia.⁸

As presenças de Dom Jerônimo resultaram em análises a respeito da situação da religiosidade e da inserção desta religião no vasto território baiano, e formando nas ideias ultramontanas fez-se percebido em suas visitas e missões.

Após diversas visitas e missões, a autoridade eclesiástica e combativa do arcebispo foi percebida em Caetité, como é possível entrever na correspondência abaixo, em que Celsina Teixeira relatou aos irmãos Celso e Oscar, sobre a ocorrência das missões, em 1911:

Celso e Oscar

(...)

Aqui houve *missão*, bastante concorridas, todos em casa *confessaram-se*, menos Papae e as meninas pequenas. Anísio, Jayme e Nelson fizeram a *primeira comunhão*. Os missionarios sahiram hoje, muito satisfeitos, *pois, pelas noticias que tinham daqui, não julgavam encontrar o povo com tanta fé.*

Angelina e Carmita *chrismaram-se*; Vanvan foi madr^a. de Carmita e eu, de Angelina. (...)

Celsina (...)

Caetité, 4 de Junho de 1911⁹.

A partir dos fragmentos desta carta e de outras já analisadas, é possível perceber a presença e uma influência mais ativa da Igreja na região, evidenciando que as práticas

⁸ ANÍSIA, Carta para Celsina. Treis Irmãos, 27 de Julho de 1907. APMC. Série: Celsina Spínola Teixeira, Sub-Série: correspondências usuais, caixa 01, letra A-I, maço 01 C.S.T. 1.6.15. nº 743.

⁹ CELSINA, Carta para Celso e Oscar. Caetité, 4 de junho de 1911. APMC. Grupo: Filhos de Deocleciano Teixeira, Série: Correspondências recebidas, Data limite: 1909-1976, nº 73



sacramentais, empreendidas durante as missões, estavam penetrando de forma significativa no seio da sociedade. Assim, o ato de confessar, receber a eucaristia e crismar, evidenciada no trecho acima, denota o enraizamento do novo modelo romanizador na cidade.

Assim, paulatinamente corriqueira, as visitas pastorais no alto sertão tornaram-se um projeto concreto com a chegada de D. Jerônimo no final do século XIX. Mesmo sem as comodidades de transporte, o arcebispo percorreu grande parte dos sertões baianos. Conheceu a situação da maior parte das paróquias do interior e, em sua carta pastoral, enfatizou a continuação das ações pelos sertões. Enfim, foi preciso dar continuidade aos objetivos primordiais de expansão e combate às ideias modernizadoras: “Não podendo mais pela avançada idade e fraca saúde, vencer enormes distancias que separam umas freguesias das outras e reconhecendo a grande necessidade, que ha da ação episcopal no interior da Archidiocese”.¹⁰

Nesta perspectiva, é possível entrever o entusiasmo de Celsina ao relatar aos irmãos a importância da presença da própria Santa Sé romana em Caetité, naquela ocasião. Porém, chama-nos a atenção também o trecho em destaque: “pelas notícias que tinham daqui, não julgavam encontrar o povo com tanta fé”. A relativa surpresa dos missionários, segundo o relato de Celsina, pode estar associada à não adesão, de parcela significativa da população, às supostas ideias modernizadoras, tão temidas pela Igreja Católica. Por outro lado, a surpresa foi revertida em ação no sentido de canalizar a religiosidade preexistente da população em algo extremamente organizado e hierarquizado, conforme os sacramentos católicos.

É patente o processo de romanização nas fontes até aqui analisadas, entretanto, mesmo com a efetivação do projeto, não desapareceu o catolicismo arraigado ao modelo português. Este modelo foi considerado de pouco rigor teológico, pelo catolicismo romano. Nas análises de Rigolo Filho (2006), o catolicismo popular não desapareceu pelo fato de que:

As novas práticas religiosas prevaleceram sobre as antigas, não resta dúvida, mas não deve ser esquecido que se a romanização alcançou um sucesso, isso aconteceu mediante uma relativa negociação entre a romanização e as formas de catolicismo existentes. Disso

¹⁰ Livro de Tombo da Paróquia de Caetité, sem registro de data, folha 20 e 21.



decorre que a romanização não foi retilínea e, muito menos, homogênea. As “novas” expressões religiosas, embora, fortemente, marcadas pela centralidade romana, devem ser vista como expressões religiosas genuinamente brasileiras, porque construída por católicos brasileiros, ainda que tenha havido forte acento clerical. (RIGOLO FILHO, 2006, p. 81).

Embora a Igreja pretendesse um catolicismo homogêneo, durante o processo de romanização, tal fato não foi concretizado, pois, como Marin (2001) observa, “na religiosidade popular as crenças e práticas estão misturadas aos dogmas mais refinados” (p. 158).

Ainda nos dias de hoje é perceptível, na cidade de Caetité e demais do alto sertão, algumas dessas práticas populares que resistiram à expansão romanizadora, nas quais são percebíveis organizações avessas à hierarquia eclesiástica. Portanto, é plausível afirmar que, apesar da intensificação do projeto católico, houve uma mescla entre as duas práticas católicas (popular e romana), influenciando, assim, na maneira como os católicos de Caetité e alto sertão leram e construíram sua realidade social.

05. Considerações finais.

As ações empreendidas pela Igreja, entre os anos de 1905 e 1913, visaram assegurar sua autonomia religiosa e combater a disseminação das ideias modernistas. A Igreja Católica, preocupada com a secularização da sociedade e o modo com os indivíduos conceberam o mundo em transformação, na passagem do século XIX para o XX, implementou ações que visaram “proteger” a sociedade dos perigos do mundo moderno. Assim, sob a égide da bandeira de um projeto restaurador das práticas católicas, empreendeu uma série de discursos e práticas visando a consecução desse projeto.

Desse modo, o Arcebispo baiano percebeu a necessidade de uma presença maior da Igreja na região do alto sertão, a fim de combater os “erros modernos”, não somente para assegurar sua autonomia religiosa, mas também inserir-se política e culturalmente diante das transformações dos novos tempos.

A romanização, em Caetité e no alto sertão da Bahia, garantiu a sobrevivência da Igreja após a separação com o Estado, bem como uma nova relação com a sociedade. Portanto esse projeto não pode ser visto apenas como um fenômeno religioso. Deve ser vista também



dentro de uma conjuntura maior, ou seja, como um processo político e cultural que envolveu tensões entre sujeitos, articulações políticas com vistas à consolidação do catolicismo na região, nos primeiros anos do século XX.

06. Referências bibliográficas.

AQUINO, Maurício de. *Modernidade Republicana e Diocesanização do Catolicismo no Brasil: a construção do bispado de Botucatu no sertão paulista (1890-1923)*. 2012. p.302. Tese (Doutorado em História e Sociedade) – Universidade Estadual Paulista. Assis, SP, 2012.

AZZI, Riolando. *A Sé primacial de Salvador: a Igreja Católica (1551-2001)*. Petrópolis, RJ: Vozes, vol. 2, (Período Imperial e Republicano).

_____. *O início da restauração católica no Brasil – 1920-1930*. In: Síntese, nº 10, p. 61-90, 1977. Disponível em: <<http://http://faje.edu.br/periodicos2/index.php/Sintese/article/viewFile/2398>>. Acesso em: 24 de abr. 2015.

BARROS, Sergio Miceli Pessoa de. *A Elite Eclesiástica Brasileira (1890-1930)*. 1985. p.233. Tese (Doutorado em Livre Docência em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 1985.

CAES, André Luiz. *As portas do inferno não prevalecerão: a espiritualidade católica como estratégia política (1872-1916)*. 2002. [s. n.]. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2002.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 1. ed. Rio de Janeiro: Florence Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

MARIN, Jéri Roberto. *História e historiografia da romanização: reflexões provisórias*. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis: EDUFSC. n.30, p. 149-169, outubro de 2001. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacf/article/view/25119>>. Acesso em: 29 de abr. 2015.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A modernidade republicana*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v13n26/a02v1326.pdf>>. Acesso em: 13 de set. 2016.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Fios da vida: tráfico interprovincial e alforrias nos sertões de sima – Bahia (1860-1920)*. São Paulo: Annablume/ Fapesb, 2009.

RAMOS, Ricardo Tupiniquim. Os antecedentes da maius animarum bonum. In: MARQUES, Zélia Malheiros; FERNANDES, Marinalva Nunes; PIRES, Maria de Fátima Novaes (Org.). *100 anos de fé e missão nas terras sagradas do sertão – Bahia*. 1. ed. Caetité, BA: Edunab, 2013.

REIS, Edilberto Cavalcante. *Visitas e cartas pastorais: a construção de um projeto eclesial*. In: III Encontro Nacional da ANPUH – Questões teórico-metodológicas no estudo das religiões e religiosidade, 2011, Maringá, p. 2-12.



REIS, Joseni Pereira Meira; NOGUEIRA, Maria Lúcia Porto S. Vivências e práticas do catolicismo em Caetité: um tropel anunciou que os missionários já iam descendo a ladeira. In: MARQUES, Zélia Malheiros; FERNANDES, Marinalva Nunes; PIRES, Maria de Fátima Novaes (Org.). *100 anos de fé e missão nas terras sagradas do sertão – Bahia*. 1. ed. Caetité, BA: Eduneb, 2013.

RIGOLO FILHO, Pedro. *A Romanização como Cultura Religiosa: as práticas sociais e religiosas de D. João Batista Corrêa Nery, Bispo de Campinas, 1908 – 1920*. 2006. [s. n.]. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2006.

ROSENDAHL, Zeny. *Território e territorialidade: uma perspectiva geográfica para o estudo da religião*. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005, São Paulo, USP, p. 12928-12942.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *A Igreja e a construção do Estado no Brasil imperial*. In: XXVII Simpósio nacional de história - ANPUH-BR, 2013, Natal – RN. p. 2-17.

SANTOS, Helena Lima. *Caetité pequena e ilustre*. 2. ed. Tribuna do Sertão: Brumado, 1997.

SANTOS, Paulo Henrique Duque. *Léguas tiranas: sociedade e economia no alto sertão da Bahia. Caetité, 1890-1930*. 2014. [s. n.]. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2014.

SANTOS, Israel Silva dos. *Igreja Católica na Bahia: a reestruturação do arcebispado primaz (1890-1930)*. 2006. [s. n.] Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2006. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/sacrilegens/files/2014/07/10-2.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2015.